

ANÁLISE DE UMA NOVA METODOLOGIA DA REUNIÃO DE ALOCAÇÃO NEGOCIADA DE ÁGUAS NOS VALES DO JAGUARIBE E BANABUIÚ

Jucier Leandro Silva Nogueira¹
Prof^a. M.a.Cícera Robstânia Laranjeira dos Passos²

RESUMO

O processo de alocação negociada de água é promovido pela COGERH anualmente, ocorrendo sempre após a quadra chuvosa do Ceará, pois só após esse período é possível definir a disponibilidade hídrica de cada açude, em função da recarga de água recebida. O objetivo da pesquisa é fazer uma avaliação sobre o aprimoramento do formato da Reunião de Alocação Negociada de Águas nos Vales do Jaguaribe e Banabuiú, de modo a se buscar discutir com as diretorias dos Comitês de Bacias Hidrográficas envolvidos, uma forma a qual os CBH's possam estar melhores preparados tecnicamente, para com melhor gerir o resultado da reunião. Tendo em vista que a definição de alocar a água de forma participativa envolve uma mediação de interesses políticos, sociais e econômicos, onde participam atores sociais diversos, em realidades locais diferenciadas, devem ser considerados alguns procedimentos que são fundamentais para que esse trabalho alcance seus objetivos. Para realizar e responder ao questionamento proposto neste trabalho, nos baseamos em uma pesquisa de revisão bibliográfica, além de aplicação de questionário e observação do autor. E a pesquisa revelou que a conjuntura das participações ainda detém de melhorias, pois na atualidade existem pontos que se encontram tanto em situações positivas quanto negativas.

Palavras-chave: Análise; Água; Negociação; Vales.

ABSTRACT

The process of negotiated allocation of water is promoted by COGERH annually, always occurring after the rainy season of Ceará, since only after this period can it be possible to define the water availability of each dam, due to the recharge of water received. The objective of the research is to make an assessment on the improvement of the format of the Negotiated Allocation Meeting for Water in the Jaguaribe and Banabuiú Valleys, in order to seek to discuss with the boards of the Watershed Committees involved, a way in which CBH's can be better prepared technically so as to better manage the outcome of the meeting. Considering that the definition of allocating water in a participatory way involves a mediation of political, social and economic interests, in which diverse social actors participate, in different local realities, some procedures must be considered that are fundamental for this work to reach its objectives. In order to carry out and respond to the questioning proposed in this study, we base ourselves on a bibliographic review research, besides questionnaire application and author's observation. And the research revealed that the conjuncture of the participations still has improvements, because currently there are points that are in both positive and negative situations.

Keywords: Analysis; Water; Trading; Vouchers.

¹ Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (2008). Atualmente é coordenador do núcleo de gestão da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará. Pós-graduando em Gestão de Recursos Hídricos, Energéticos e Ambientais pela UNILAB.

² Mestre em Eng^o Civil e Ambiental com área de concentração em Eng^a Sanitária e Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande - PB.

1 INTRODUÇÃO

A problemática hídrica tem se apresentado como uma questão mundial, dado a crescente demanda e a oferta que se encontra comprometida tanto em função da quantidade de água disponível como por sua qualidade. As formas de manejo da água pode ser determinante para a possibilidade da espécie humana continuar, ou não, à medida que as consequências desse comportamento foram tomando grandes proporções, especialmente na segunda metade do século XX, formuladores de políticas públicas reconheceram a necessidade de buscar soluções.

Por possuir característica vital e o risco de escassez iminente, e em alguns locais evidentes, a água nos forçam a buscar soluções que atenuem a problemática gerada por seu uso equivocado. A saúde e o bem-estar, a garantia do suprimento de alimentos, o desenvolvimento industrial e os ecossistemas correspondentes, estão todos em risco, a não ser que a água e os demais recursos naturais sejam gerenciados mais efetivamente na década presente e nas futuras, do que foi feito no passado (FUCK, 2008).

Com a criação da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH, o estado do Ceará a política de gerenciamento de recursos hídricos aumentou a sua qualidade, pois foi criada com o objetivo de gerenciar as águas do Ceará, de forma integrada, descentralizada e participativa, sendo o órgão responsável pelo apoio técnico, financeiro e administrativo dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Ainda se adota como princípio fundamental o estabelecimento de diálogos constantes com os usuários, com a sociedade civil organizada e com o Poder Público no intuito de construir ações de planejamento, monitoramento, operação e gestão participativa, principalmente, através dos órgãos colegiados. Para viabilizar esta participação conjunta de usuários, representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais no processo decisório a legislação determinava a criação dos organismos de bacias (SILVA, 2004).

O processo de alocação negociada de água é promovido pela COGERH anualmente, ocorrendo sempre após a quadra chuvosa do Ceará, pois só após esse período é possível definir a disponibilidade hídrica de cada açude, em função da recarga de água recebida. São realizados seminários nos quais é apresentado a situação atual e a simulação de esvaziamento dos açudes, avaliada a demanda,

definida a vazão a ser liberada, e formada uma comissão de usuários de água para o acompanhamento da operação. As deliberações das reuniões são registradas em atas assinadas por seus participantes, constituindo um documento de referência oficial para a operação dos açudes (SILVA, 2004).

Tendo em vista que a definição de alocar a água de forma participativa envolve uma mediação de interesses políticos, sociais e econômicos, onde participam atores sociais diversos, em realidades locais diferenciadas, devem ser considerados alguns procedimentos que são fundamentais para que esse trabalho alcance seus objetivos. A alocação participativa de água é um processo de mediação de interesses diferentes, competitivos e por vezes conflituosos, sendo necessário o atendimento de várias premissas.

Esta pesquisa objetiva sobre o aprimoramento do formato da Reunião de Alocação Negociada de Águas nos Vales do Jaguaribe e Banabuiú, de modo a se buscar discutir com as diretorias dos Comitês de Bacias Hidrográficas envolvidos, uma forma a qual os CBH's possam estar melhores preparados tecnicamente, para com melhor gerir o resultado da reunião.

Como objetivos específicos, podemos destacar: I - Analisar a condução da reunião pelos CBH's; II - Analisar se na confecção dos cenários para a reunião tenha a participação de um (01) representante dos CBH's; III - Verificar a possibilidade de votação dos cenários hídricos dos reservatórios de forma conjunta; IV - Analisar os pontos positivos e negativos desta nova metodologia.

Em detrimento das últimas reuniões de Alocação Negociada de Água, notou-se um descontentamento dos colegiados no resultado das reuniões, pois, de forma quase que generalizada houve um clamor dos CBH's na mudança da metodologia da reunião. O trabalho foi realizado durante os meses de fevereiro, março, abril e maio do ano de 2018, sendo aplicado um diagnóstico com um Grupo de Trabalho – GT dos CBH's dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú, com o intuito de formatar os dados necessários para que se tenha uma definição sobre a melhor forma de operação dos reservatórios envolvidos na reunião de alocação.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A política de RH no Nordeste

Como ponto de partida nesta ação de inovação na gestão das águas, utilizou-se a Constituição Federal de 1988 que previu a criação de um Sistema

Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH, o que ocorreu a partir da promulgação da Lei nº 9.433/1997, que regulamentou o art. 21 da Constituição Nacional e instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e o SINGREH.

A referida lei estabeleceu como fundamentos: os usos prioritários da água em situação de escassez - consumo humano e de animais; a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico; o uso múltiplo das águas; a bacia hidrográfica como unidade de planejamento; a gestão descentralizada, integrada e participativa dos recursos hídricos.

O Estado do Ceará, inserido no Nordeste brasileiro, possui uma área de 148.920 km² que equivale a 1,7% da área total do país sendo que, em 9,5% deste percentual vivem 9.022.477 de habitantes, divididos em 184 municípios. (SENA, 2017).

Por possuir 95% das cidades do seu território inserida na região do semiárido brasileiro, o risco de secas no estado são maiores. Além disso, em torno de 60% do seu território, os solos são rasos, com rocha matriz correspondente ao cristalino o que dificulta a infiltração da água e os rios são intermitentes, as altas temperaturas provocam insolação e evaporação intensas (IPECE, 2010).

A política de águas nesta região teve seu início associado à escassez, com a construção de barragens, iniciada, principalmente pelo Departamento Nacional de Obras contra às Secas – DNOCS. Posteriormente, além da açudagem outras questões foram tomando relevância, tais como a necessidade de uma gestão integrada, descentralizada e participativa e a qualidade das águas.

“A opção de açudagem como medida de enfrentamento das secas é bastante antiga, talvez esta situação tenha ajudado na consolidação da chamada Solução Hidráulica, onde se destacava a construção das obras de acumulação de água como intervenção dominante do Estado em relação ao tratamento dos recursos hídricos no nordeste semiárido.” (SILVA, A, p.136,2004)

Além desta ação, ao longo do tempo outras medidas são apontadas como medidas de convivência com a seca, tais como a discussão da Tarifa da Cobrança pelo Uso da Água no Setor Agrícola, em 2007, através do Grupo de Trabalho de Irrigação GTI e a revisão e atualização da Lei Estadual de Recursos Hídricos.

2.2 COGERH e a sua atuação nos RH do Ceará

A COGERH tem uma ação orientada pelo PLANERH de 1992, no qual o Estado foi dividido em 10 (dez) regiões hidrográficas: Salgado, Alto Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Bacias Metropolitanas, Litoral, Acaraú, Coreaú e Curu. Hoje são 12 (doze) regiões, com a divisão da Bacia do Parnaíba – Serra da Ibiapaba e Sertões do Crateús.

Para operacionalizar a gestão nessas regiões hidrográficas, a COGERH, criou as gerências regionais que efetivam um monitoramento qualitativo e quantitativo de 155 açudes estaduais e federais em parcerias com o DNOCS totalizando um volume de 18.625.000.000 bilhões de m³ COGERH (2018).

A legislação estadual em vigência não prevê a criação de uma Agência de Bacia no Ceará, mas a COGERH vem ocupando este espaço como se fosse uma agência estadual, uma vez que, na sua prática, desempenha atividades correlatas de uma Agência de Bacia, dentre elas: é secretaria-executiva dos comitês; é executora da cobrança pelo uso da água; presta apoio técnico para a tomada de decisões na operação dos sistemas hídricos e encaminha os procedimentos para a emissão da outorga de água.

A Lei Nacional de Recursos Hídricos quando estabelece como principais atribuições da Agência de Bacias manter balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos em sua área de atuação; manter o cadastro de usuários de água; efetuar, mediante delegação dos outorgantes, a cobrança pelo uso da água; gerir o Sistema de Informação sobre Recursos Hídricos em sua área de atuação; promover os estudos necessários para a gestão da água; elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação dos Comitês de Bacias.

Com estas atribuições é possível realizar a alocação negociada de água, parte importante do processo de gestão dos recursos hídricos, principalmente numa zona semiárida, onde a distribuição temporal das chuvas é irregular, e devem ser levada em consideração aspectos da gestão da oferta e da demanda, estar articulada aos instrumentos de gestão, e ao planejamento da Bacia.

A COGERH iniciou a discussão da alocação negociada de água dos Vales do Jaguaribe, Banabuiú e Curu, pautada na diretriz da participação, descentralização e integração, que culminou com a formação da Comissão de

Usuários de Água Bruta, que com o passar dos anos se estendeu aos sistemas hídricos que operam isolados: como açudes, canais, e adutoras.

2.3 Gestão e mecanismos para a Alocação de Água

A água pode ser analisada através dos vários aspectos diferenciados que compreendem a esfera sócio natural; não é coerente a análise realizada de forma independente e isolada. Tanto sua natureza física como sua amplitude de relacionamento social lhe conferem um olhar multidisciplinar.

Diante dessa complexidade, Silva (2004) defende que a gestão dos recursos hídricos deve ser implementada de forma abrangente. Assim, gestão deve ter como princípio não apenas o desenvolvimento econômico, mas também os aspectos ligados ao ambiente físico e sociocultural da comunidade, com a finalidade de contribuir para a implementação de um desenvolvimento sustentável (OLIVEIRA, 2008).

Qualquer modelo de alocação de água a ser implementado deve ser baseado em alguns princípios que possam abranger a complexidade do recurso em questão, quais são apresentados no quadro abaixo:

Quadro 01- Princípios para RH

01	Gerenciamento integrado, participativo e descentralizado
02	Bacia hidrográfica como unidade de gestão
03	Base institucional bem definida e estruturada
04	Ser encarada como um bem público de uso comum do povo
05	Ser dotada de valor econômico e social
06	Ser analisada sempre em conjunto, nos aspectos de qualidade e quantidade
07	O órgão que auxilia no desenvolvimento e implementação da gestão não dever ter ligação com nenhum dos setores dos usuários
08	Ter planejamento e implementação integrado às políticas públicas existentes

Adaptado de SILVA, 2004.

Kemper (1997) cita alguns fatores necessários para a alocação eficiente dos recursos hídricos; são eles: 1 – direitos ao uso bem definidos; 2 – cobrança; 3 – informações relativas ao valor e à disponibilidade do fornecimento da água; 4 – flexibilidade que permitam mudanças na alocação e no processo decisório.

A alocação e o uso dos recursos hídricos sofrem influência da estrutura do processo decisório. Kemper (1997) expõe que são necessários alguns arranjos institucionais, como, por exemplo, a legislação nacional de recursos hídricos e costumes regionais e/ou normas sociais amplamente aceitas, além de impactos

produzidos por outros setores, como o preço da energia elétrica, para que a alocação atinja a eficiência satisfatória.

De acordo com Silva (2004), o processo de gestão dos recursos hídricos tem uma natureza complexa, que se deve ao envolvimento de interesses tanto de múltiplos usos como entre usuários da mesma finalidade de uso. Devido a essa complexidade, a gestão dos recursos hídricos deve ser abordada de forma participativa, com o envolvimento de todas as partes envolvidas.

Sobre os modelos praticados ou desenvolvidos no mundo, podemos observar o descrito por Sales (1999):

A nosso ver a gestão de recursos hídricos, partindo da observância dos modelos praticados ou em desenvolvimento no mundo, gravita entre dois pólos: o pólo regulador e o pólo de negociação social. Grosso modo, a grande maioria dos modelos se caracteriza pela combinação de elementos característicos desses dois pólos. Alguns modelos tendem a assumir formas mais regulatórias, como é o caso do Sistema Inglês, outros possuem métodos mais descentralizados e mais abertos às intervenções sociais como são os casos da França, Holanda, etc [...] (Sales, 1999, p. 77).

O estado do Rio Grande do Norte no ano de 2017 começou a discutir sobre o gerenciamento de sistema hídrico, objetivando realizar ações voltadas a fiscalização e monitoramento no que concerne a gestão da água. Os representantes do Estado do RN dividiam-se entre os órgãos: Instituto de Gestão das Águas (Igar), Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (Sape) e Companhia de Águas e Esgotos (Caern), além de usuários, entre outros (AGORARN, 2017).

Cabe enfatizar que o gerenciamento dos RH é de extrema importância para a preservação e sustentabilidade, o que ajuda os estados no quesito economia de seus recursos. Dessa forma, é que não apenas empresas públicas tem aplicado o gerenciamento, mas também empresas particulares.

2.4 Estrutura dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú na Alocação de Água

O trabalho de gestão participativa dos recursos hídricos nas Sub-bacias do Jaguaribe, realizado pela COGERH, teve como marco inicial o envolvimento dos municípios que compõem as referidas sub-bacias, no I Seminário dos Usuários de Água dos Vales Perenizados do Jaguaribe e Banabuiú, realizado no município de Jaguaribe em julho de 1994.

Neste seminário foi formada uma comissão de usuários, formada por representantes de 19 (dezenove) municípios, com o objetivo de discutir a gestão das águas e redefinir o modelo a ser implantado naquela região. A comissão que envolvia representantes dos usuários, entidades da sociedade civil, poderes públicos municipais, estaduais e federais passou a definir o processo de operação dos principais reservatórios da bacia, Orós e Banabuiú, com o apoio técnico da COGERH, em reuniões itinerantes nas Bacias.

Em 1995, com o objetivo de iniciar a estruturação do processo de apoio a organização dos usuários das águas em cada uma das regiões hidrográficas da bacia do Jaguaribe, foram realizadas reuniões com os representantes de cada região, intituladas 'Reunião das entidades de usuários das águas das Bacias do Jaguaribe'.

Em 1996, a partir de uma avaliação do trabalho na bacia do Jaguaribe, percebeu-se a necessidade de realizar ações no sentido de buscar uma maior articulação no trabalho de organização até então desenvolvido. Nesse sentido, foi realizado, no início daquele ano, o diagnóstico institucional em 19 municípios do vale, com o objetivo de identificar as instituições com interesse em desenvolver um trabalho em recursos hídricos e divulgar a sua Política Estadual. Nesse mesmo ano, nos meses de maio a julho, foram realizados os encontros municipais em todos os 19 municípios do vale perenizado.

As ações de apoio à organização dos usuários de água nessas regiões foram inicialmente direcionadas para o fortalecimento do processo de alocação participativa de água nos vales do Jaguaribe e Banabuiú. Após a formação do Comitê do Curu, em 1997 é que o trabalho foi direcionado para a formação dos comitês da bacia do Jaguaribe.

Nessas regiões hidrográficas já vinha sendo realizado um trabalho de apoio à organização dos usuários de água, que foi intensificado em 1997/1998 com os encontros municipais de gerenciamento dos recursos hídricos.

A reunião é intitulada de Seminário de Alocação Negociada de Águas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú, onde ocorre sempre após o fim da quadra chuvosa (inverno), sendo realizada de forma itinerante nos municípios dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú. A reunião é pública, mais só quem tem direito a voto são os membros dos comitês, ficando a plenária com o direito a voz. Depois de serem

apresentados os cenários hídricos dos reservatórios (Banabuiú, Orós e Castanhão), os representantes estão aptos a deliberarem sobre seus açudes. Importante ressaltar que é necessário um quórum mínimo para iniciar a reunião.

Há alguns anos os membros dos Comitês de Bacias vêm pedindo a sua secretaria-executiva (COGERH), que fosse estudada uma nova metodologia de definição dos parâmetros hídricos na citada reunião, ou seja, que fosse implementado novas regras e metodologias na reunião, como por exemplo: a formação da mesa de abertura, a condução da reunião, o quórum e outros.

Desta feita, no ano de 2018 foi formulado um Grupo de Trabalho – GT com a presença de três (03) membros de cada colegiado do Vale do Jaguaribe e Região Metropolitana de Fortaleza – RMF.

Os comitês são constituídos por 04 (quatro) segmentos: sociedade civil organizada, usuários de água, poder público municipal, poder público estadual e federal que formam os colegiados (MOREIRA, 2013).

O Seminário de Alocação Negociada das Águas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú têm a participação das sub-bacias do Jaguaribe (Alto, Baixo e Médio Jaguaribe, Salgado e Banabuiú) e RMF. O último colegiado citado não tem direito a voto e, sim a voz. Esta metodologia vem sendo utilizada desde 1994, onde os Comitês de Bacias do Jaguaribe entendem que o CBH RMF como sendo uma bacia receptora de água e, tendo uma composição superior aos demais colegiados, foi decidido que o mesmo não poderia ter direito a voto.

3 METODOLOGIA

3.1 Método de pesquisa

Este trabalho trata de uma abordagem quanti/qualitativa, em que as estratégias metodológicas para abordagem empírica do objeto foram: a pesquisa bibliográfica/documental; a pesquisa de campo/questionários abordando a nova metodologia de implementação no Seminário dos Vales; e a observação participante; além da análise das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Sistema Jaguaribe – RMF, com enfoque nas deliberações, e principalmente no estudo de uma nova metodologia a ser inserida no Seminário.

A pesquisa teve como principal elemento de pesquisa um Grupo de Trabalho – GT que se reuniu mensalmente para propor mecanismos importantes

para com o Seminário seja mais objetivo, transparente e consensual e acompanhado pelos colegiados pesquisados.

3.2 Objeto de Pesquisa

A pesquisa de campo abordou os membros do Grupo de Trabalho – GT dos Comitês de Bacias dos Vales do Jaguaribe (Alto, Baixo e Médio) e Banabuiú e Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, no período de fevereiro a junho de 2018.

- O CSBH Alto Jaguaribe é constituído por 40 (quarenta) entidades membros, distribuídos da seguinte forma: segmento dos usuários 12 (doze) instituições (30%), sociedade civil organizada 12 (doze) instituições (30%), Poder Público Municipal 08 (oito) instituições (20%), e Poder Público Estadual e Federal 08 (oito) instituições (20%).
- O CSBH Baixo Jaguaribe é constituído por 46 (quarenta e seis) entidades membros, distribuídos da seguinte forma: segmento dos usuários 14 (quatorze) instituições (30%), sociedade civil organizada 14 (quatorze) instituições (30%), Poder Público Municipal 09 (nove) instituições (20%), e Poder Público Estadual e Federal 09 (nove) instituições (20%). Atualmente conta com 45 (quarenta e cinco) entidades e 01 (uma) vacância.
- O CSBH Médio Jaguaribe segue a mesma orientação quanto ao percentual dos segmentos, sendo constituído por 30 (trinta) entidades membros, assim distribuídas: segmento dos usuários: 09 (nove) instituições, sociedade civil organizada: 09 (nove) instituições, Poder Público Municipal: 06 (seis) instituições, e Poder Público Estadual e Federal: 06 (seis) instituições.
- O CSBH Rio Banabuiú é constituído por 48 (quarenta e oito) entidades membros, distribuídos da seguinte forma: segmento dos usuários 14 (quatorze) instituições (30%), sociedade civil organizada 14 (quatorze) instituições (30%), Poder Público Municipal 10 (dez) instituições (20%), e Poder Público Estadual e Federal 10 (dez) instituições (20%).
- O CSBH Rio Salgado é constituído por 50 (cinquenta) entidades membros, distribuídos da seguinte forma: segmento dos usuários 15 (quinze) instituições (30%), sociedade civil organizada 15 (quinze) instituições (30%), Poder Público Municipal 10 (dez) instituições (20%), e Poder Público Estadual e Federal 10 (dez) instituições (20%).

- O CSBH Região Metropolitana de Fortaleza – RMF é constituído por 60 (sessenta) entidades membros, distribuídos da seguinte forma: segmento dos usuários 18 (dezoito) instituições (30%), sociedade civil organizada 18 (dezoito) instituições (30%), Poder Público Municipal 12 (doze) instituições (20%), e Poder Público Estadual e Federal 12 (doze) instituições (20%).

No início do ano de 2018 foi sugerido pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, secretaria-executiva dos colegiados a implantação de um Grupo de Trabalho – GT para discutir e propor ajustes na metodologia aplicada no Seminário dos Vales. O GT é composto por 03 (três) representantes de cada colegiado, escolhidos em plenária por colegiado, totalizando 18 (dezoito) membros. A composição do GT tem a participação das sub-bacias do Jaguaribe (Alto, Baixo e Médio Jaguaribe, Salgado e Banabuiú) e RMF. Ocorreram 04 (quatro) reuniões durante o período de fevereiro a junho do corrente ano.

3.3 Questionário

O questionário foi semiestruturado, que se trata de importante técnica de coleta de dados, usada em situações especiais, cujo sucesso depende de requisitos distintos das técnicas convencionais de coleta de dados, tais como o questionário e a entrevista (BRUYN, 1996).

O autor ainda destaca que a figura do Observador Participante – OP, uma vez que existe uma facilidade na captação das informações pertinentes ao processo, pois este compartilha da vida ativa e dos sentimentos das pessoas em termos de relações face a face; enquanto que seu papel requer ao mesmo tempo desprendimento e envolvimento pessoal; esse observador é uma parte normal da cultura e da vida das pessoas sob observação. O papel científico do observador participante é interdependente com seu papel social na cultura do observado.

Para aplicação do questionário tomou-se como parâmetro as reuniões do GT realizadas durante o período citado. O questionário foi aplicado no início de cada reunião com os membros do GT que se encontravam presentes, tendo como perguntas abordadas: 1) Como você avalia o gerenciamento dos recursos hídricos na sua bacia hidrográfica? 2) Existe conflito pelo uso da água na sua bacia hidrográfica? 3) Existe a participação social nas decisões tomadas na sua bacia? As deliberações ocorridas no Seminário dos Vales foram respeitadas pelo Sistema de

Gestão de Recursos Hídricos? 4) Os ajustes realizados pelo GT sobre a metodologia da reunião contemplam os Comitês?

Dessa forma, o esquema amostral aplicado na pesquisa foi suficiente para se atingir o objetivo desse trabalho, sendo superior a uma proporção de 80% na participação da pesquisa com os componentes presentes. Salienta-se também que não se pode realizar o censo em 100%, aplicando-se o questionário com todos os participantes do GT, devido à assiduidade dos componentes aos encontros.

3.4 Identificação dos Entrevistados

Os entrevistados do GT fazem parte dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Jaguaribe e RMF, tendo em vista a contribuição dos segmentos da sociedade civil organizada, dos usuários, dos poderes públicos municipais, estaduais e federais, como apresenta a tabela abaixo através de suas especificações.

TABELA 01 – Distribuição por segmentos/instituições entrevistadas

SEGMENTO	INSTITUIÇÃO/ENTIDADE
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	01 Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – IFCE 01 Federação das Associações Comunitárias de Lavras da Manguabeira 01 Igreja Católica de Quixelô – Paróquia do Bom Jesus Piedoso 01 Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Orós
USUÁRIOS	01 Distrito de Irrigação Tabuleiros de Russas – DISTAR 01 Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi – FAPIJA 01 Associação de Fomento a Caprino Ovinocultura de Gado de Leite de São João do Jaguaribe – ASCOS 01 Cooperativa Agropecuária do Perímetro Irrigado do Vale do Banabuiú Ltda 01 Colônia de Pescadores e Pescadoras de Quixadá Z-65 01 Associação dos Moradores e Agricultores do Sítio Espinhaço
PODER PÚBLICO MUNICIPAL	01 Câmara Municipal de Jaguaribara 01 Prefeitura Municipal de Alto Santo 01 Câmara Municipal de Morada Nova 01 Prefeitura Municipal de Fortaleza
PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL	01 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS 01 Coordenadoria Estadual de Saúde – CRES 01 Secretaria dos Recursos Hídricos do estado do Ceará – SRH 01 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Logo abaixo podemos identificar que o questionário foi dividido por comitês e seus segmentos. Através desta divisão é que é possível ter informações consistente, tornando possível a apresentação de informes e conhecimentos sobre a temática em questão.

TABELA 04 – Distribuição dos questionários por Comitê de Bacia

<u>COMITÊS/SEGMENTOS</u>	<u>Nº QUESTIONÁRIOS CSBH ALTO JAGUARIBE</u>	<u>Nº QUESTIONÁRIOS CSBH BAIXO JAGUARIBE</u>	<u>Nº QUESTIONÁRIOS CSBH MÉDIO JAGUARIBE</u>	<u>Nº QUESTIONÁRIOS CSBH SALGADO</u>	<u>Nº QUESTIONÁRIOS CSBH BANABUIÚ</u>	<u>Nº QUESTIONÁRIOS CSBH METROPOLITANO</u>
<u>SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (30%)</u>	01	01	01	01	01	01
<u>USUÁRIOS (30%)</u>	01	01	01	01	01	01
<u>PODER PÚBLICO MUNICIPAL (20%)</u>	01	01	01	01	01	01
<u>PODER PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL (20%)</u>	01	01	01	01	01	01
<u>TOTAL</u>	04	04	04	04	04	04

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Estrutura histórica de organização

A base legal e institucional do processo decisório no Ceará teve como ponto de partida, além da Lei Estadual nº 11.996/92, a criação da Secretaria de Recursos Hídricos - SRH (1987) e da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos – COGERH (1993). Sendo estas instituições componentes do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – SIGERH (CEARA, 1992).

O modelo de gestão dos recursos hídricos, adotado pelo Ceará, tem como princípios: a bacia hidrográfica como unidade de gestão; a água reconhecida como um bem finito, limitado e, por isso, dotado de valor econômico. A gestão descentralizada e participativa e a água como um bem natural sujeito a múltiplos usos. Tais princípios podem ser encontrados tanto na Lei Federal nº 9.433, de 08/01/1997, como na Lei estadual Nº 11.996, de 24/07/1992, revisada e atualizada pela Lei Estadual nº 14.844, de 28/12/2010 (CEARA, 2010).

No Ceará esse processo de alocação da água é realizado tanto para os açudes isolados (açudes geralmente de médio porte que perenizam isoladamente um vale determinado, tendo alcance localizado), quanto para os sistemas estratégicos (grandes vales perenizados por um agrupamento de açudes), como o caso dos vales do Jaguaribe/Banabuiú, vale do Curu e do vale do Acaraú.

O objetivo de alocação participativa de água, são eles: I - Respeitar as especificidades de cada realidade, enquanto espaço de negociação social, com o intuito de mediar eventuais conflitos que venham a ocorrer; II - Dotar os usuários de água de informações técnicas para que possam ter uma visão global e integrada da

problemática dos recursos hídricos; III - Capacitar os usuários de água, nos diversos usos, para que estes possam acompanhar as ações governamentais e colaborar com o processo de gestão dos recursos hídricos.

4.2 Sobre gerenciamento da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH

Dos questionamentos efetuados aos representantes do Grupo de Trabalho – GT, pudemos dispor de algumas informações sobre o gerenciamento dos Recursos Hídricos. Dentre os questionamentos realizados é possível compreender qual a participação social no que concerne as decisões tomadas; além das deliberações ocorridas no Seminário dos Vales.

TABELA 02 – Aplicação de questionários aos representantes do GT

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1) Como você avalia o gerenciamento dos recursos hídricos na sua bacia hidrográfica?	<p>1) O gerenciamento dos RH realizado pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH no estado do Ceará é relativamente boa, agora têm falhado no cumprimento das decisões tomadas nas plenárias dos Comitês de Bacias Hidrográficas;</p> <p>2) É necessário que os CBH's se empoderem das tomadas de decisões, fazendo com que o governo do estado der maior notoriedade ao parlamento das águas;</p> <p>3) O papel da COGERH têm sido muito importante nas nossas decisões, pois como secretaria-executiva têm se mostrado ético, coerente e técnico nas suas orientações aos CBH's;</p> <p>4) Algumas instituições do colegiado, não se empoderam de seu dever, fazendo com que alguns segmentos do comitê não tenham força para ajudar na tomada de decisões de sua bacia;</p> <p>5) O Comitê têm servido para tutelar as decisões do governo do estado nas plenárias dos comitês, como também, na alocação das águas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú;</p> <p>6) O gerenciamento da COGERH em parceria com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS nos reservatórios federais têm sido de suma importância para as comunidades circunvizinhas ao açude, como também, servindo as populações urbanas dos municípios;</p> <p>7) É necessário que as Comissões Gestoras dos reservatórios possam ter um papel mais importante no processo de alocação de água, não servindo apenas para tutelar a decisão dos Comitês, já que a CG é um braço dos Comitês de Bacias.</p>
2) Existe conflito pelo uso da água na sua bacia hidrográfica?	<p>1) Sim. A água que fica contida no açude Castanhão por exemplo é toda levada para Fortaleza e, sendo ainda desviada para o Complexo Industrial Porto do Pecém – CIPP;</p> <p>2) Sim. Nas decisões tomadas no Seminário dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú a maior quantidade de água está sendo para a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF e, pouco têm ficado no Vale do Jaguaribe;</p> <p>3) Sim. O Setor da Irrigação que consome até 70% de toda água, está sendo pouco afetada, pois mesmo diante de uma longa estiagem, ou seja, a 07 anos os nossos reservatórios praticamente não tiveram aportes significativos;</p>

	<p>4) Não. A bacia metropolitana por ser uma região receptora de água e, que contempla mais da metade de toda população do estado do Ceará, a gente não têm passado sufoco ainda, pois nossos reservatórios são mantidos com a água dos açudes do Vale do Jaguaribe;</p> <p>5) Sim. Vários ribeirinhos ao longo de riachos e rios que sempre foram perenizados com as águas dos grandes açudes (Castanhão, Orós e Banabuiú) vêm passando por enormes dificuldades. O rio Jaguaribe por exemplo, não mais pereniza como antigamente fazendo com que o rio fosse morto, onde a fauna e flora desta região fosse excluído do contexto atual, me refiro as populações da passagem de Sucurujuba em Quixeré até ao município de Itaçaba;</p> <p>6) Sim. Os usuários de montante dos reservatórios (pescadores, abastecimento humano e dessedentação dos animais) têm sofrido bastante com as liberações de água a jusante, trazendo transtorno sociais, políticos e financeiros aquela população;</p> <p>7) Sim. Quando é tomada a decisão das vazões a serem operadas nos reservatórios no segundo semestre do ano, têm se priorizado mais a indústria e o agronegócio;</p> <p>8) Sim. Os perímetros públicos de irrigação da região jaguaribana, mesmo vivenciando uma seca já mais vista no estado do Ceará, ainda querem produzir alimentos de forma continuada. É obvio que necessitamos dos alimentos, mais precisamos respeitar a legislação dos recursos hídricos, onde se tratando de seca prolongada é necessário se respeitar os usos prioritários (abastecimento humano e dessedentação animal).</p>
<p>3) Existe a participação social nas decisões tomadas na sua bacia?</p>	<p>1) Sim. As decisões são tomadas de forma consensual, quando, por exemplo, se fala de alocações de água dos açudes isolados. Já quando falamos dos açudes que ficam situados nos grandes Vales, a participação nas decisões têm ficado a desejar, pois muitas instituições não participam do Seminário;</p> <p>2) Sim. O colegiado têm caminhado de forma unitária, fazendo com que sua decisão lá na base, chegue coerente e forte para o Seminário dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú;</p> <p>3) Sim. Os Comitês de Bacias Hidrográficas são divididos por segmentos, fazendo com que a decisão na hora da alocação das águas seja de forma participativa, integrada e descentralizada;</p> <p>4) Sim. As decisões são tomadas pelos 04 segmentos, são eles: usuários (30%), sociedade civil organizada (30%), poder público municipal (20%) e poder público estadual/federal (20%);</p>
<p>4) As deliberações ocorridas no Seminário dos Vales foram respeitadas pelo Sistema de Gestão de Recursos Hídricos?</p>	<p>1) Sim. Após a apresentação dos cenários hídricos pela COGERH, a um enorme debate dos números e das premissas que serão utilizadas no período, fazendo com que ocorra transparência em todo o processo;</p> <p>2) Regular, pois as decisões que estão sendo tomadas atualmente pelos Comitês de Bacias do Jaguaribe (Alto, Médio e Baixo Jaguaribe, Salgado e Banabuiú) em parte não está sendo respeitada, pois há diversos interesses e na hora da votação está prevalecendo por exemplo o setor industrial e da irrigação;</p> <p>3) Insuficiente. Pois os CBH's estão perdendo cada vez mais força decisória, pois o Conselho Estadual dos Recursos Hídricos do Ceará – CONERH está agindo em primeira instância, que o correto seria agir em segunda instância;</p> <p>4) Não. Pois os cenários tragos pela COGERH em sua grande maioria vão de contra a legislação hídrica, favorecendo principalmente os grandes usuários e, deixando os pequenos irrigantes e ribeirinhos sem muita opção de sobrevivência;</p> <p>5) Sim. O trabalho realizado pela COGERH/SRH junto aos Comitês de Bacias trouxeram mais segurança hídrica para o estado do Ceará. Observe estarmos no sétimo ano de seca e, os municípios cearenses vêm tendo seu abastecimento normalizado;</p> <p>6) Bom, pois vocês imaginem se não houvesse esta participação social nestas</p>

	<p>reuniões, como estaríamos operando todos estes açudes, principalmente porque muitos deles secaram ou chegaram neste último ano perto de secar;</p> <p>7) Ótimo, pois desde a primeira reunião ocorrida em Limoeiro do Norte em 1994, ficou claro a transparência dos números trazidos pela COGERH, fazendo com que a sociedade de uma forma geral pudesse acompanhar de perto a gestão destas águas.</p>
<p>5) Os ajustes realizados pelo GT sobre a metodologia da reunião contemplam os Comitês?</p>	<p>1) Ótimo, pois foram realizadas 04 reuniões antes do XXV Seminário de Alocação das Águas dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú, fazendo com que os Comitês de Bacias se empoderassem cada vez mais de seu papel junto ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos;</p> <p>2) Ótimo, pois além de termos melhorado a metodologia da reunião, com destaque para várias ações, são elas: condução da reunião pelos 05 CBH's; apresentação dos cenários hídricos de forma conjunta (Castanhão, Orós e Banabuiú); a votação ser feita por reservatório e com a utilização de urnas e cédulas de votação; o formato da reunião que anteriormente dava-se por terminado após o almoço, teve uma modificação, onde após as apresentações e discussões da plenária, foram para o almoço e tiveram cerca de 01 hora e 30 minutos para debaterem em salas suas possíveis definições; as apresentações serem em um único formato; que o Seminário tenha um quórum mínimo de 72 instituições/membros para dar início a reunião e um quórum mínimo de 48 instituições/membros para poder haver a votação; que os cenários hídricos pudessem ser construídos pelo GT junto com a COGERH; que a COGERH vos enviasse ao GT as apresentações (cenários) com uma antecedência de até 15 dias, para que os números pudessem ser melhores discutidos pelos CBH's envolvidos.</p> <p>3) Bom, pois talvez pudesse ter sido providenciado pela COGERH cédulas de votação para as premissas hídricas. Acredito que pudesse ter melhorado bastante o desenrolar da reunião, não causando tanto transtorno aos interessados;</p> <p>4) Ótimo, pois foi notório que a reunião de ponta a ponta foi conduzida pelos CBH's, dando até mesmo mais oportunidade aos membros dos colegiados presentes;</p> <p>5) Regular, pois infelizmente o CBH RMF ainda não pode participar (votação) e, sim só pode ter voz na reunião. O entendimento continua sendo o mesmo, que como bacia receptora das águas do Jaguaribe, o Comitê Metropolitano continua sem poder votar e ser votado no Seminário;</p> <p>6) Ótimo, pois os Comitês de Bacias do Jaguaribe puderam de uma vez por todas coordenar a reunião e sendo ator principal das discussões.</p>

Levando em consideração a tabela acima, compreende-se que muitos governos estão empenhados em melhorar os seus sistemas de gerenciamento de recursos hídricos, sob as mais diversas formas e especificidades jurídicas e institucionais.

Cabe enfatizar uma diversidade de eventos nacionais são fundamentais para concretizar a discussão, no entanto, podem-se destacar alguns que tiveram contribuições importantes nesse processo.

Ficou claro que existem diversos modelos de gestão de recursos hídricos em nível nacional e estadual que devem seguir os princípios da descentralização, da integração e da participação, tendo como unidade de gestão a Bacia Hidrográfica.

Outro ponto diz respeito as modificações, podemos destacar: horário da reunião; condução da reunião; quórum inicial e final da reunião; antecedência por parte da COGERH dos cenários hídricos para apreciação em reunião extraordinária dos CBH's e outros.

Um dos questionamentos realizados na entrevista é sobre os comitês, o objetivo era entender se os ajustes do GT complementava-os dentro de sua metodologia. Dessa forma, primeiramente é importante conhecer quais são os Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará, como apresenta a tabela 03.

TABELA 03 – Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) do Ceará

ITEM	BACIA	ANO DE INSTALAÇÃO	Nº DE MEMBROS	MUNICÍPIOS QUE COMPÕE A BACIA
01	Curu	1997	50	15
02	Baixo Jaguaribe	1999	46	09
03	Médio Jaguaribe	1999	30	13
04	Banabuiú	2002	48	12
05	Alto Jaguaribe	2002	40	24
06	Salgado	2002	50	23
07	Metropolitanas	2003	60	31
08	Acaraú	2004	40	27
09	Litoral	2006	40	11
10	Coreau	2006	30	21
11	Serra da Ibiapaba	2012	30	10
12	Sertões de Crateús	2012	30	09

Fonte: COGERH 2018

Nota-se que com o passar dos anos a quantidade de municípios tem sido crescente no que concerne a CBH do Ceará. Dessa forma, é possível entender que tem sido crescente a busca por uma gestão integrada e descentralizada quanto aos recursos hídricos, buscando garantir que o processo decisório aconteça e conseqüentemente o desenvolvimento sustentável da bacia.

Os açudes estudados foram o Castanhão, o Óros e o Banabuiú. A capacidade destes é bastante extenso, como é apresentada na tabela 04. Dessa forma, é que se torna importante o gerenciamento de seus recursos hídricos.

TABELA 04 – Reservatórios discutidos/estudados no Seminário dos Vales

AÇUDES	BACIA HIDROGRÁFICA	DOMINIALIDADE	CAPACIDADE VOLUMÉTRICA (hm³)
Castanhão	Médio Jaguaribe	Dnocs	6,700 bilhões
Orós	Alto Jaguaribe	Dnocs	1,9 bilhão
Banabuiú	Banabuiú	Dnocs	1,6 bilhão

Fonte: COGERH 2018

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a Alocação Negociada de Águas nos Vales do Jaguaribe e Banabuiú foi possível observar que estão crescentes no quesito melhoria de suas técnicas em seu formato de reunião, nota-se que houve e continua ocorrendo evoluções já que outros estados têm aderido ao mesmo cenário, como é o caso do Rio Grande do Norte.

Fica claro que a conjuntura das participações ainda detém de melhorias, pois na atualidade existem pontos que se encontram tanto em situações positivas quanto negativas. Destaca-se como uma necessidade de mudança urgente no processo, a inclusão do CBH Metropolitano na votação do Seminário., pois como bacia receptora de água do Vale do Jaguaribe, é crucial a sua participação.

Entretanto, fica evidente que essa conjuntura vai em direção a um cenário de abordagem conjunta no que concerne a votação dos cenários hídricos dos reservatórios, o que faz notar-se que os itens considerados hoje negativos estão sendo superados.

O Grupo de Trabalho – GT formado pelos CBH's do Vale do Jaguaribe (Alto, Médio e Baixo Jaguaribe, Salgado e Banabuiú) e CBH Metropolitano conseguiu melhorar a metodologia da reunião, como também, tornar o seminário mais transparente, democrático e objetivo. Notou-se que a secretaria-executiva (COGERH) dos CBH's precisou melhorar seus dados técnicos, sua forma de conduzir todo o processo de Alocação e principalmente enxergar que os Comitês são verdadeiramente ente de estado e, precisando cada vez mais se emponderar de suas responsabilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGORARN. **Semarh avalia proposta de alocação de água da Armando Ribeiro e Rio Açu.** Disponível em: <http://agorarn.com.br/cidades/semarh-avalia-proposta-de-alocacao-de-agua-da-armando-ribeiro-goncalves-e-rio-acu-para-2018/>. Acesso em: 10 Jul. 2018.

BRUYN, S. T. **The human perspective in sociology. The methodology of participant observation.** New Jersey, Prentice Hall, Inc. Inglewood Cliffs, 1996.

BRASIL. Lei Estadual nº 11.996, de 24 de julho de 1992. **Dispõe sobre a Política Estadual dos Recursos Hídricos.** Diário Oficial do Estado, 24 de julho de 1992.

BRASIL. Lei Estadual nº14.844, de 28 de dezembro de 2010. **Dispõe sobre a Política Estadual dos Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH e da outras providências.** Diário Oficial do Estado, 30 de dezembro de 2010.

FUCK JÚNIOR, S. C. de F. Subsídio à gestão ambiental: descrição fisiográfica e análise funcional das bacias hidrográficas do Ceará. **Revista Eletrônica do Curso de Geografia do Campus Jataí – UFG.** Jataí, v. 10, jan./jun. 2008.

IPECE. **Anuário Estatístico do Ceará 2010.** Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/anuario2010/index.htm>. Acesso em: 10 Junh. 2018.

MOREIRA, T. M. X. **Gestão participativa no Ceará:** análise dos comitês das sub-bacias hidrográficas do baixo e médio jaguaribe, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

OLIVEIRA, MARCÍLIO CAETANO. **Modelos de Alocação e Realocação de Água: um estudo de caso do programa “águas do vale” nos rios Jaguaribe e Banabuiú.** Especialização em Gestão dos Recursos Hídricos e Infraestrutura Hidráulica, Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SENA, J. M. **Ceará atinge marca de nove milhões de habitantes em 2017, diz IBGE.** Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/08/ceara-atinge-marca-de-nove-milhoes-de-habitantes-em-2017-diz-ibge.html>. Acesso em: 10 Mai. 2018.

SILVA, U. PATRÍCIO ÁLVARES, ANTÔNIO MARTINS DA COSTA, GIANNI PEIXOTO B. LIMA E BERTHYER PEIXOTO LIMA. **A experiência da Alocação Negociada de Água nos Vales do Jaguaribe e Banabuiú.** COGERH. Fortaleza. 2004.

SILVA, U. P. Á. **Análise da Importância da Gestão Participativa dos Recursos Hídricos no Ceará: um estudo de caso.** 2004.246f. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Departamento de Economia Agrícola,
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

ANEXOS

ANEXO 01 – RELATO DE REUNIÃO DO GT



Governo do Estado do Ceará
Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH
Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH
Gerência Regional de Limoeiro do Norte



RELATO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE A METODOLOGIA PARA ALOCAÇÃO DAS ÁGUAS DOS VALES DO JAGUARIBE E BANABUIÚ

PARTICIPANTES:

SRH: Carlos Campelo; **COGERH/DIPLAN** – Emanuel Oliveira; **Gerências Regionais da COGERH Limoeiro do Norte:** Leandro Nogueira, Hermilson Barros, Cleilson Almeida, Raimundo Lauro e Maria Ley; **Quixeramobim:** Dayana Magalhães; **Iguatu:** Hewelania Uchoa e Gutemberg Fernandes; **Crato:** Alberto Brito; **GEMET:** Maria de Jesus. Pelos **CSBH's** – **Salgado:** Cicero Dias; **Alto Jaguaribe:** Maria Nascimento e Antônio Pereira; **Médio Jaguaribe:** Daniel Linhares, Deodato Diógenes e Francisco Holanir; **Baixo Jaguaribe:** Aridiano Belk, Karlos Welby e Paulo Lima; **Banabuiú:** Hilmar Sérgio; **RMF:** Francisco Nildo.

LOCAL DA REUNIÃO: Showroom do município de Jaguaribara

DATA: 12/04/2018, das 09:00 às 12:00 horas

PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS NA REUNIÃO

- ✓ A reunião foi iniciada pelo Sr. Daniel Linhares, Presidente do CSBH Médio Jaguaribe, que saudou a todos, informando que o showroom, foi a primeira construção da nova Jaguaribara, onde ocorreu a discussão de todos os assuntos referentes a edificação da nova cidade, desde a desapropriação dos terrenos, sendo este um espaço de participação social, daí a importância das discussões que o GT realiza, que terá um impacto para toda a região do Vale do Jaguaribe e RMF. Em seguida convidou todos os representantes dos CSBH's para participarem de uma audiência pública que será realizada no dia 16/04/2018 (segunda-feira) na câmara municipal de Jaguaribara, que discutirá a questão da transferência de água do Castanhão para a RMF, que foi aprovado pelo CONERH sem levar em consideração as consequências para a população de Jaguaribara e do Vale do Jaguaribe como um todo, e sem consultar os comitês do Jaguaribe;
- ✓ O Sr. Karlos Welby, informou que representa os CBH's no CONERH, porém ele é somente um voto entre os 20 integrantes do Conselho, que em grande maioria são do Governo, por isso é voto vencido. Ele disse que durante a reunião, o CONERH argumentou que precisava levar água para a RMF e foi aprovado a transferência sem especificar o limite, e que na ocasião ele argumentou que essa decisão caberia aos CBH's, pois o CONERH é órgão de 2ª Instância, e que essa discussão no Conselho fragiliza a gestão participativa;
- ✓ Em seguida o Sr. Leandro fez a leitura da pauta da reunião e realizou um resgate das deliberações das reuniões anteriores do GT, conforme a seguir:
 1. Mesa composta com 6 CBH conduzindo as discussões (com preferência para o CBH anfitrião);
 2. Público Alvo: integrantes dos CSBH's com poder de decisão: 214 instituições (50 membros do CSBH Salgado, 40 membros do CSBH Alto Jaguaribe, 30 membros do CBH Médio Jaguaribe, 46 membros do CSBH Baixo Jaguaribe, 48 membros do CSBH Banabuiú) os 60 membros do CBH RMF não terão direito a voto, porém serão convidados;
 3. Quorum mínimo para instalação da reunião: 72 membros (1/3 dos CBH's do Jaguaribe);
 4. Quorum mínimo para deliberação ao final das propostas: 48 membros;
 5. Votação dos três reservatórios somente ao final de todas as apresentações de cenário.
- ✓ Passou-se em seguida a avaliação da metodologia da condução da reunião de Avaliação da Operação 2017.2 dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú.
- ✓ O Sr. Holanir (Bolinha), sugeriu que as apresentações dos açudes sejam modernizadas e reduzidas, pois são muito repetitivas e perde-se muito tempo.
- ✓ O Sr. Paulo Lima, sugeriu que a parte da avaliação da operação poderia ser retirada e elaborado um informativo mensal disponibilizado aos colegiados. E que os dados dos cenários de alocação devem ser apresentados aos comitês 15 dias antes da reunião.

Destacou ainda que não é papel do CONERH, enquanto instância superior definir limites de alocação, ele pode intervir caso a decisão dos colegiados em primeira instância não seja correta.

- ✓ O Sr. Karlos Welby, destacou que considera importante essa contextualização das bacias que feita nas apresentações, porém é importante que ocorra uma padronização das apresentações dos reservatórios, que seja mais objetiva. Em relação a metodologia da condução da reunião, considerou muito boa, porém ponderou que a reunião de avaliação é menos tensa que uma reunião de alocação. Disse que se perde muito tempo nas discussões em plenária, e sugeriu que se poderia adotar o corte o microfone ao final do tempo, e depois retornar com mais 15 a 20 segundos, para concluir a fala.
- ✓ O Sr. Carlos Campelo, destacou que essas reuniões embora sejam pública, são voltadas aos comitês, e muitas vezes, alguns grupos com determinando interesse, fazem mobilização de grande número de pessoas para exercer pressão sobre os comitês. Portanto, a metodologia deve avançar como forma de valorizar a efetiva participação dos membros dos colegiados, com a assessoria técnica de sua secretaria executiva.
- ✓ O Sr. Hermilson informou que leva um tempo para construção dos cenários, em que ocorre várias reuniões, envolvendo a COGERH, DNOCS, UFC, entre outros parceiros.
- ✓ Após algumas discussões acordou-se um prazo de 10 dias antes da reunião para apresentação dos cenários aos CBH's e que uma comissão de representantes dos CBH's participem das reuniões preparatórias dos cenários.
- ✓ O Sr. Daniel destacou que é preciso uma maior interação entre as bacias doadoras (Jaguaribe) e a receptora (RMF), em que a discussão seja boa para ambos, inclusive com a discussão de ações de compensação para a bacia doadora.
- ✓ O Sr. Leandro solicitou então que os colegiados realizassem a avaliação da estrutura de realização da reunião de avaliação (mobilização, espaço físico e alimentação).
- ✓ A maioria dos presentes, se posicionaram que o espaço foi adequado, porém a alimentação foi de péssima qualidade. Em relação a mobilização foi destacado que ela deve focar nos membros de comitês, e a disponibilização de transporte para as entidades/instituições que não dispõe de transporte, principalmente sociedade civil e pequenos usuários.
- ✓ Ficou acertado que cada gerência regional discutirá com seu colegiado a melhor logística para deslocamento dos membros.
- ✓ O Sr. Leandro informou que a próxima reunião de alocação será na bacia do Médio Jaguaribe, e já está sendo mobilizado o local da reunião, que provavelmente ocorrerá no município de Jaguaribe, que tem melhor estrutura para realização da reunião, alimentação e hospedagem dos participantes se necessário.
- ✓ Discutiu-se também se a reunião de alocação seria realizado em um dia ou dois dias (tarde do 1º dia e manhã do 2º).
- ✓ Ao final da Discussão foram aprovados os seguintes **ENCAMINHAMENTOS SOBRE A METODOLOGIA DA REUNIÃO:**
 1. Tornar as apresentações mais objetivas, didáticas e uniformizadas;
 2. A mobilização para a reunião com foco principal nos membros dos colegiados envolvidos, como também, em meios de comunicação e o gestor anfitrião da reunião;
 3. Deslocamento dos membros dos municípios mais próximos, sairiam no transporte contratado no mesmo dia da reunião. Após 150 km de distância do município sede da reunião, os membros se deslocariam um dia antes da reunião. Observar com a secretaria-executiva de cada colegiado a melhor logística para participação na reunião;
 4. Que na discussão dos cenários hídricos para a alocação de água dos Vales tenha a participação do presidente (ou membro por ele delegado) de cada colegiado envolvido neste contexto;
 5. A reunião dos Vales ocorrerá em um único dia, e será marcada 10 dias após o



- recebimento dos cenários;
6. Cronograma da reunião: 09:00 às 11:30 horas (apresentação de cenários); 11:30 às 13:00 horas (almoço); 13:00 às 15:00 horas (debate interno dos colegiados); 15:00 às 16:00 horas (definição dos cenários);
- ✓ Discutiu-se também sobre a **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO**, ficando acordado:
 1. A comissão terá 10 representantes de cada um dos comitês do sistema Jaguaribe/RMF, sendo 03 usuários, 03 da sociedade civil organizada, 02 do poder público municipal e 02 do poder público estadual/federal;
 2. A comissão não poderá deliberar sobre alteração das vazões aprovadas na reunião de alocação (poderá aprovar apenas ajustes na operação que não altere a vazão final e nem as premissas aprovadas);
 - ✓ Nas suas considerações finais, O Sr. Daniel propôs que a COGERH/SRH realizem um evento anual (Seminário ou Encontro dos Colegiados do Ceará), que proporcione a troca de experiência e demonstração das experiências exitosas. Ficando acertado que essa discussão deve ser pautada na próxima reunião do Fórum Cearense de Comitês.
 - ✓ Finalizando a reunião, ficou agendada a **próxima reunião do GT para o município de Icó (sub-bacia do Salgado) no dia 15 de maio de 2018.**

Jaguaribara-CE, 12 de abril de 2018.

Cleilson Pinto de Almeida
Analista em Gestão de Recursos Hídricos
Núcleo de Gestão - Cogeh Limoeiro do Norte

	Data: 12 de Abril de 2018 Horário: 09:00 às 13:00 horas Local: Auditório do Show Room da Prefeitura de Jaguaripe
--	---

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE A METOLOGIA PARA ALOCAÇÃO DAS ÁGUAS DOS VALES DO JAGUARIBE E BANABUIÚ
LISTA DE PRESEÇA

1.	NOME	ENTIDADE/ENDEREÇO	CONTATO/WhatsApp
1.	Guerra Dias de Lima	17ª URES / rd. do C. SARAIVA	(88) 999456498
2.	Alcântara matias dos Santos	F. Amade	992 033653
3.	Azeite M. Baixe	COGEB SAGUAS	88. 999244294
4.	BANROS WATERBY NEZI	ESBH DO BAIRRO JAGUARIBE	88. 9864433331
5.	FRAUO DE FAZINAS LIMA	CSHAG / IFECE - LINHAÇÃO DO NORTE	(85) 9 97279908
6.	ALMIRANTE BELK DE OLIVEIRA	CSHBY - DISTOR	(88) 9.99922.1083.
7.	CLESONY PAULO DE ALMEIDA	COGEM UNIBOAS	88/3423-5000
8.	DEBATO CAISO BANNOVO DIPIESSA	CSBH múnis pecaniras	(85) 99909-2890
9.	MARCELO JOSEFA DO NASCIMENTO	CSBHA - ALTO SAGUAS	(88) 999 270867
10.	AUDJONIA DE SOUZA DO VILA	CSBHY - VILA	(88) 9996 9390
11.	CATERINEY FERNANDES	COGEBH - IGARU	(88) 3581-0800
12.	FERNANDES NILDO DA SILVA	COH-AMF - FORTALY - UNIBAB	(85) 999209-2768
13.	MARCELO DE SOUZA OLIVEIRA	CEMET - (Heteropecaniras)	(85) 988108259

	NOME	ENTIDADE/ENDEREÇO	CONTATO/WhatsApp
14.	Raimundo Manoel de O. Filho	COBERTA - LIMOEIRO	(88) 3423-5000
15.	Renezinho de S. Neto	COBERTA - JARDIM	(88) 3195-0845
16.	Mayane Maranhão e Traquina	COBERTA - QUIMMAMBEM	(88) 3441-9482
17.	Luciel Leuzens S. Novais	COBERTA - JARDIM NOVO	(88) 3423-5000
18.	Francisco de S. Silva	COBERTA - JARDIM NOVO	(88) 998164922
19.	Francisco Barros de Freitas	COBERTA - LIMOEIRO DO NORTE	(88) 99961-0818
20.	Neuza Roney Divina Guimarães	COBERTA - LIMOEIRO DO NORTE	(88) 99991-8589
21.	Carlos M. S. Filho	COBERTA - LIMOEIRO DO NORTE	(88) 3101-4000
22.	Francisco Roberto de S. Silva	COBERTA - LIMOEIRO DO NORTE	(88) 999409037
23.	EMANUEL B. DI VEIRA	COBERTA - LIMOEIRO DO NORTE	999
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			

ANEXO 02 – QUESTIONÁRIO

I. Identificação do Entrevistado:

Comitê: _____

Instituição: _____

Função na Instituição: _____

Município: _____

Função no Comitê: _____

II. Setor que representa no Comitê:

Poder Público Estadual/Federal

Usuário

Sociedade Civil Organizada

Poder Público Municipal

III. Como você avalia o gerenciamento dos recursos hídricos na sua bacia hidrográfica? (APENAS UMA RESPOSTA)

() Insuficiente () Regular () Bom () Ótimo

Observações: _____

IV. Existe conflito pelo uso da água na sua bacia hidrográfica? (APENAS UMA RESPOSTA)

Sim Não Não sei responder

Observações: _____

V. Existe a participação social nas decisões tomadas na sua bacia? (APENAS UMA RESPOSTA)

Sim Não Não sei responder

Observações: _____

VI. As deliberações ocorridas no Seminário dos Vales foram respeitadas pelo Sistema de Gestão de Recursos Hídricos? (APENAS UMA RESPOSTA)

() Insuficiente () Regular () Bom () Ótimo

Observações: _____

VII. Os ajustes realizados pelo GT sobre a metodologia da reunião contemplam os Comitês? (APENAS UMA RESPOSTA)

() Insuficiente () Regular () Bom () Ótimo

Observações: _____

Data: ____ / ____ / ____

Pesquisador(a): _____